

# Eficiência energética e o problema de acesso a mercados

Paul Waide e Moustapha Kamal Gueye\*

O consumo de energia elétrica representa uma parcela significativa das emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>).

A Agência Internacional de Energia estima que se os governos realmente implementassem políticas energéticas de redução de carbono, as emissões globais de CO<sub>2</sub> estariam estabilizadas em 2030 e seriam 16% mais baixas. Aproximadamente 78% desta redução seria resultado de uma acelerada eficiência energética.

Tendo em vista que a maior parte dos equipamentos movidos à energia e dos produtos consumidos são comercializados globalmente, é importante questionar como os mercados podem melhorar a eficiência energética. Um esforço de transformação global pede a expansão de mercados de tecnologias mais avançadas e a eliminação de equipamentos ultrapassados.

**Considera-se também que, se aplicada de forma seletiva aos produtos mais eficientes, a liberalização tarifária poderia permitir que PEDs penetrassem rapidamente em uma grande parcela do mercado com equipamentos altamente eficientes.**

## Expandir mercados para obter tecnologias mais avançadas

Na OMC, as discussões sobre a liberalização mais acelerada de bens ambientais e de serviços têm tido como enfoque os bens ambientais tradicionais, tais como aqueles diretamente relacionados ao controle da poluição do ar, ao tratamento de água, ou aos problemas de vazamentos de petróleo. No entanto, como os produtos de eficiência energética geram benefícios ambientais em algum momento de seu processo de

produção, utilização ou descarte, eles são protegidos pela bandeira de produtos mais favoráveis ao meio ambiente. De fato, diversas propostas submetidas por membros da OMC (como Cuba, União Européia, Japão e Suíça) incluíram produtos com base em suas características de desempenho energético.

Tais propostas fazem referência ao potencial de redução de emissões por meio do uso de bens de consumo energeticamente mais eficientes. Considera-se também que, se aplicada de forma seletiva aos produtos mais eficientes, a liberalização tarifária poderia permitir que PEDs penetrassem rapidamente em uma grande parcela do mercado com equipamentos altamente eficientes.

Há, entretanto, vários obstáculos técnicos e processuais que devem ser superados para que um esforço coordenado de liberalização comercial seja possível. Além disso, as negociações comerciais devem atender aos interesses de muitos PEDs no que tange aos potenciais benefícios de tal liberalização.

## Obstáculos técnicos e processuais

Alguns dos produtos em questão não possuem um código apropriado dentro do Sistema Harmonizado (código SH), adotado pela OMC. Certos produtos podem ser localizados por meio de um código SH de 6 dígitos, mas a maioria teria de ser representada por códigos de 8 ou 10 dígitos, o que pede a criação de novas classes. Outro ponto é que em poucos casos a inspeção visual basta para identificar um bem relativamente eficiente, como as lâmpadas fluorescentes compactas ou os monitores de cristal líquido.

Um dispositivo elétrico energeticamente eficiente, entretanto, somente pode ser identificado por meio de testes e comparações que estejam de acordo com procedimentos padronizados, categorias de produto e medidas adequadas, que normalmente diferem de um país para outro. Para que bens energeticamente eficientes sejam incluídos nas iniciativas

de redução ou eliminação tarifárias, seria preciso haver um acordo que padronizasse as descrições de produtos, os testes de referência, os limites de eficiência etc. Isto implica em um esforço imenso de harmonização. Uma alternativa seria estabelecer tarifas mais baixas ou nulas para bens que apresentassem alguma porcentagem de melhora no desempenho, quando comparados aos padrões nacionais de eficiência energética existentes.

## Interesses dos PEDs

Alguns PEDs relutam em acelerar a liberalização de bens de consumo com base em seu desempenho energético, pois receiam que tal liberalização beneficie principalmente os países industrializados mais desenvolvidos. A Índia, por exemplo, mostrou-se preocupada com o tratamento preferencial tarifário (incluindo tarifa zero) para bens de duplo uso, tais como refrigeradores que usam menos energia de forma eficiente. Para ela, esse tratamento teria impacto significativo nos setores industriais, particularmente em PEDs e em países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), nos quais a indústria é dominada, em sua maioria, por pequenas e médias empresas.

## Substituição de equipamentos ultrapassados

Os padrões imperativos de desempenho mínimo de energia (MEPS, sigla em inglês), utilizados em muitos países, têm por objetivo aumentar o grau de eficiência de novos produtos que entram no mercado. Os governos, entretanto, podem dar um passo adiante e gradualmente eliminar tecnologias mais antigas e produtos que utilizam mais energia e, conseqüentemente, emitem mais gases de efeito estufa. Alguns exemplos incluem a substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas, que utilizam somente 20% da energia necessária para a produção da mesma quantidade de luz e com maior duração.

Um fator essencial para a transformação do mercado é informar o consumidor,

pois esta informação pode influenciar suas decisões de compra. Etiquetas que informam os níveis de consumo de energia pelo produto são obrigatórias para todos os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da União Européia (UE), e por um crescente número (pelo menos 14) de países não membros da OCDE. Além disso, selos de aprovação podem ser seletivamente concedidos a produtos que cumpram determinadas exigências ambientais.

**Padrões e etiquetas geram, contudo, certos tipos de problemas.**

**Em termos práticos, eles se equiparam a barreiras não tarifárias e, assim, tornam-se potenciais obstáculos à entrada de produtos no mercado.**

Padrões e etiquetas geram, contudo, certos tipos de problemas. Em termos práticos, eles se equiparam a barreiras não tarifárias e, assim, tornam-se potenciais obstáculos à entrada de produtos no mercado. O Acordo da OMC sobre Barreiras Técnicas ao Comércio é o principal instrumento que trata de padrões, regulamentações técnicas e etiquetagem. Eles não podem ser discriminatórios nem causar obstáculos desnecessários ao comércio, devem ser aplicados de maneira transparente e notificados na OMC. Além disso, padrões e regulamentos técnicos devem estar baseados em padrões internacionais, quando esses existirem. Na área da eficiência energética, as iniciativas internacionais apenas começaram e ainda têm um longo caminho a percorrer.

---

*\*Paul Waide é Analista Sênior de Política - Eficiência Energética e Divisão de Meio Ambiente da Agência Internacional de Energia em Paris.*

*\*Moustapha Kamal Gueye é o Gerente Sênior do Programa sobre Meio Ambiente do ICTSD em Genebra.*